



1 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
2 COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

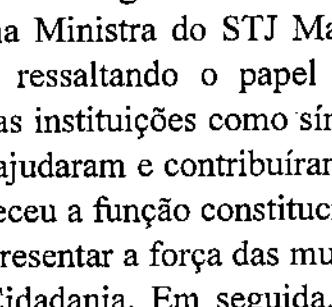
1 ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE
2 PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
3 ESTADO DE ALAGOAS

4

5 Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco
6 (11/9/2025), às onze horas e trinta minutos (11:30h), realizou-se a 9ª Reunião
7 Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério P\xfablico
8 do Estado de Alagoas, em formato de h\xedbrido, presencialmente no Auditório
9 Procurador de Justiça Edgar Valente de Lima, localizado no 5º andar do
10 edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de
11 videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo
12 Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os
13 Excelentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Jucá, Walber José Valente de
14 Lima, Eduardo Tavares Mendes, Valter José de Omena Acioly, Maurício
15 André Barros Pitta, Denise Guimarães de Oliveira, Isaac Sandes Dias, Helder
16 de Arthur Jucá Filho, Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos, Luiz José Gomes
17 Vasconcelos e Sandra Malta Prata Lima. Presentes virtualmente os
18 Excelentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Amaral Scala e Silvana de
19 Almeida Abreu. Ausente, justificadamente, por se encontrar em gozo de
20 férias, a Excelentíssima Procuradora de Justiça Neide Maria Camelo da Silva.
21 Foram convidados a compor a mesa de honra o Excelentíssimo Presidente do
22 Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas Desembargador Fábio José
23 Bittencourt Araújo, o Prefeito de Maceió João Henrique Caldas, o Vice-
24 Prefeito de Maceió Rodrigo Cunha, o Excelentíssimo Promotor de Justiça
25 Givaldo Barros Lessa, Presidente da Associação dos membros do Ministério
26 P\xfablico de Alagoas, a Presidente da Associação das Mulheres Advogadas de
27 Alagoas, Anne Caroline Fidelis, a Presidente da Associação Brasileira das
28 Mulheres de Carreira Jurídica, ABMCJ de Alagoas, Josefa Amorim de Barros.
29 Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e informou que a
30 presente reunião do colendo Colégio de Procuradores de Justiça possui a
31 finalidade de prestar homenagem à Excelentíssima Ministra do Superior
32 Tribunal de Justiça - STJ Maria Marluce Caldas Bezerra, pelos relevantes e
33 valorosos serviços prestados ao Ministério P\xfablico do Estado de Alagoas e à
34 sociedade alagoana. Na sequência, o Presidente abriu a solenidade
35 convidando o Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de
36 Alagoas Desembargador Fábio José Bittencourt Araújo e a Excelentíssima
37 Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira para conduzirem a
38 Excelentíssima Ministra do Superior Tribunal de Justiça Maria Marluce
39 Caldas Bezerra ao recinto. Após a execução do Hino Nacional, a Chefe do
40 Cerimonial da Procuradoria-Geral de Justiça, Maria Cristina Mendes



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

41 Cavalcante Bispo, registrou a presença do Excelentíssimo Desembargador
42 José Carlos Malta Marques, do Excelentíssimo Procurador de Justiça José
43 Artur, dos Professores Drs. José Luis Bolzan de Moraes, Alfonso de Julios
44 Campuzano, Jorge Pereira da Silva e Elda Coelho de Azevedo Bussinguer,
45 das Excelentíssimas Advogadas Joelma Albuquerque, Verônica Albuquerque,
46 Neide Correia Costa, Norma Maria Barros Lessa e Érica Freire, da Assistente
47 Social Kelly Lopes, da Assessora Parlamentar Jane Olegário, do Presidente do
48 Sindicato de Servidores do Ministério Público de Alagoas Jackson Santos, do
49 Vice-Presidente do Sindicato de Servidores do Ministério Público de Alagoas
50 Diogo Lessa, do Excelentíssimo Secretário do Gabinete Civil de Maceió
51 Felipe Lins, dos Excelentíssimos Promotores de Justiça José Antônio Malta
52 Marques e Marília Cerqueira Lima. Na sequência, fez um breve relato da
53 trajetória funcional da homenageada, ressaltando suas atuações em diversos
54 órgãos da estrutura administrativa do Ministério Público do Estado de
55 Alagoas. Em seguida, o Excelentíssimo Secretário do Colégio de
56 Procuradores de Justiça fez a leitura da Menção Honrosa concedida pelo
57 colendo colegiado para a Excelentíssima Ministra do Superior do Tribunal de
58 Justiça Maria Marluce Caldas Bezerra. Na sequência, fizeram uso da palavra
59 as Excelentíssimas Procuradoras de Justiça Kícia Oliveira Cabral de
60 Vasconcellos, Denise Guimarães de Oliveira e Silvana de Almeida Abreu,
61 logo após manifestou-se o Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça
62 do Estado de Alagoas Desembargador Fábio José Bittencourt Araújo. Ato
63 contínuo, a Excelentíssima Ministra do STJ Maria Marluce Caldas Bezerra
64 proferiu o seu discurso, ressaltando o papel das mulheres nas carreiras
65 jurídicas, a importância das instituições como símbolos de união das pessoas.
66 Agradeceu a todos que a ajudaram e contribuíram para sua posse no Superior
67 Tribunal de Justiça. Enalteceu a função constitucional do Ministério Público e
68 mencionou que deseja representar a força das mulheres nordestinas e a Justiça
69 no âmbito da Corte da Cidadania. Em seguida, o Presidente parabenizou a
70 homenageada e ressaltou o merecimento da homenagem prestada. Por fim, foi
71 encerrada a sessão, do que para constar, eu, Humberto Pimentel Costa,
72 Promotor de Justiça de 3^a Enância, Secretário do Colendo Colégio de
73 Procuradores de Justiça,  lavrei e rubriquei a presente Ata que
74 vai adiante assinada pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça.

~~Lean Antônio Ferreira de Araújo~~
~~Procurador-Geral de Justiça~~
~~Presidente da Sessão~~



Data de disponibilização: 26 de setembro de 2025

Edição nº 1450

Colégio de Procuradores de Justiça

Atas de Reunião

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco (11/9/2025), às onze horas (11h), realizou-se a 17ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Jucá, Walber José Valente de Lima, Eduardo Tavares Mendes, Valter José de Omena Acioly, Denise Guimarães de Oliveira, Maurício André Barros Pitta, Isaac Sandes Dias, Helder de Arthur Jucá Filho, Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos e Luiz José Gomes Vasconcelos. Presente, virtualmente, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Amaral Scala. Ausente, justificadamente, por se encontrar em gozo de férias, a Excelentíssima Procuradora de Justiça Neide Maria Camelo da Silva. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Ata da 16ª Reunião Ordinária do CPJ em 2025; 2. Ata da 8ª Reunião Extraordinária do CPJ em 2025; 3. GED n. 20.08.1554.0000016/2025-95 (para conhecimento) Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Manifestação da Comissão Gestora do SAJMP acerca do cumprimento das determinações contidas na Resolução CPJ n. 13/2025 que dispõe sobre a atuação integrada do Ministério Público do Estado de Alagoas para a efetiva defesa e proteção das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência; 4. GED n. 20.08.1554.0000018/2025-41 (para conhecimento). Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Manifestação da Comissão Gestora do SAJMP acerca do cumprimento das determinações contidas na Resolução CPJ n. 15/2025 que instituiu, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o Painel de Resolutividade Institucional. Quanto ao item 1, após regular apreciação, a Ata da 16ª Reunião Ordinária do CPJ em 2025 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado. Quanto ao item 2, após regular apreciação, a Ata da 8ª Reunião Extraordinária do CPJ em 2025 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado. Quanto ao item 3, o colegiado deliberou pela remessa dos autos à Comissão de Infância e Juventude do CPJ. Quanto ao item 4, o colegiado deliberou pela remessa dos autos à Comissão de Assuntos Institucionais e Administrativos do CPJ. Em seguida, o Presidente indagou se algum dos Procuradores de Justiça gostaria de inserir nova matéria em pauta. Com a palavra, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Maurício André Barros Pitta propôs a inserção da seguinte matéria em pauta: 5. Recomposição da Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e Administrativos do CPJ. Posta em votação, a proposta de inserção de nova matéria em pauta foi acolhida por todos os integrantes do colegiado. Quanto ao item 5, o colegiado deliberou pela inclusão do Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo na Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e Administrativos do CPJ. Na sequência, o Presidente deu por encerrada a pauta. Adentrando à fase de comunicações, a Excelentíssima Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira informou que o Supremo Tribunal Federal fixou a tese de que, via de regra, para o ajuizamento de demandas contra o Estado em matéria de saúde, se faz necessária a prévia negativa administrativa, ressalvadas hipóteses excepcionais, tais como casos de urgência, hipossuficiência, direito de menores e idosos. Disse que o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, em especial a 4ª Câmara Cível, vem aplicando o precedente de forma ampla e mecânica, sem considerar as exceções. Asseverou que vem realizando manifestações contrárias e desgastantes nos processos judiciais, sem, contudo, alcançar uma mudança de entendimento dos órgãos julgadores. afirmou que a referida câmara cível está deixando de intimar o Ministério Público em alguns processos judiciais. Sugeriu que o colegiado, por meio do seu Presidente, expedisse uma nota técnica ou recomendação oficial ao Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, ou apenas para a 4ª Câmara Cível, para reforçar o papel constitucional do Ministério Público, de maneira que o órgão sempre seja intimado em demandas de saúde contra Estado/Município, nos termos art. 178, I, do CPC. Após ampla discussão, o Excelentíssimo Presidente sugeriu o encaminhamento de expediente ao Presidente da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, esclarecendo os fatos descritos e solicitando a adoção de providências aptas a sanar eventuais irregularidades. A sugestão foi acolhida, por unanimidade, pelo egrégio colegiado. Em seguida, o Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta Ata que fiz e rubriqui como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça, _____ sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO